



MUNICÍPIO DO SEIXAL  
CÂMARA MUNICIPAL

# EDITAL

Nº 173/2022

## **Paulo Alexandre da Conceição Silva, Vice-Presidente da Câmara Municipal do Seixal**

Torna público, em cumprimento do disposto no art.º 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação atualizada da Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, o **despacho n.º 926-PCM/2022 de 17 de junho de 2022**:

**“Processo n.º 2471.AMB/DFM/2022  
2021/500.10.301/3154**

### **AUDIÊNCIA PRÉVIA**

(nos termos e para os efeitos do n.º 4, artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho e artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo)

**JOAQUIM CESÁRIO CARDADOR DOS SANTOS**, Presidente da Câmara, no uso da competência delegada por Deliberação nº 349-CMS/2021 de 22 de outubro, a qual foi publicada mediante afixação do Edital n.º 254/2021, de 25 de outubro, e afixado nos lugares de estilo habituais, determina a instauração do competente Processo Administrativo de notificação, iniciando-se com a fase processual correspondente à Audiência Prévia, devendo para o efeito ser notificado:

Por edital os proprietários, detentores e possuidores, cuja identidade e morada nos é desconhecida, com morada em França, para que no prazo de 10 dias (úteis) a contar da data da notificação se pronunciem sobre o sentido provável da decisão de, **no prazo de 10 dias (úteis) procederem ao corte de vegetação arbustiva e à gestão de combustível, bem como proceder à deposição adequada dos respetivos sobrantes, existentes no terreno privado sito na Avenida do mar, lote 107, no lugar de Verdizela, na freguesia de Corroios**, pelos seguintes fundamentos de facto e de direito:

- a) Esta Câmara Municipal recebeu uma participação devido ao terreno privado em causa se encontrar com vegetação e pinheiros secos a necessitar do respetivo corte.
- b) Neste seguimento, a Divisão de Fiscalização Municipal em cumprimento com as suas atribuições efetuou a necessária fiscalização ao local e confirmou os factos participados, o terreno privado, confinante a edificações e via pública, encontrava-se com vegetação e árvores a necessitar da realização de trabalhos de corte, de modo a assegurar o dever de gestão de combustível pelo respetivo proprietário e eliminar os riscos existentes.
- c) Perante os factos verificados, e para os efeitos de notificação do respetivo proprietário ou outro que a qualquer título detivesse o terreno privado em causa, foram efetuadas diversas averiguações no local para obtenção da respetiva identificação e paradeiro as quais foram goradas.



## MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL

d) De modo a dar seguimento à tramitação legalmente exigida no procedimento administrativo, foi solicitada análise e parecer técnico ao Gabinete Técnico Florestal, o qual se pronunciou que “o lote possui pinheiros secos e com sinais de evidentes de degradação, que correm um risco sério de se partirem, sobretudo em caso de vento. O lote encontra-se classificado com “florestal” do PMDFCI, e possui uma faixa de gestão de combustível associada à rede viária florestal. Por outro lado, a existência de tantos pinheiros secos, indica que as árvores se encontram afectadas pela praga Nemátodo da Madeira, que possui legislação específica: o DL 95/2011 e DL 123/2015. Estes diplomas estabelecem que os proprietários devem proceder ao abate das árvores com sinais de declínio, de modo a evitar a dispersão da praga. Neste sentido, deve ser notificado o proprietário ao abrigo do disposto no diploma referido, a proceder ao abate das árvores secas e com sintomas de declínio (amarelecimento e murchidão das agulhas, por exemplo), devendo as restantes ser monitorizadas de modo a assegurar que não se verifica sinais de declínio também nestas. O proprietário deve ser ainda informado de que a poda e/ou abate de pinheiros carece do preenchimento do Manifesto de Abate, Desramação e Circulação de Madeira de Coníferas, disponível online no sítio do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), nos termos do Decreto Lei nº 95/2011 de 8 de agosto e 123/2015 de 3 de julho, que pode ser obtido em: <https://fogos.icnf.pt/manifesto/manifestoadd.asp>”.

e) Com efeito, os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a rede viária e edificações, designadamente habitações, armazéns, oficinas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de não inferior a 10 m lateral à rede viária e de 50 m à volta das edificações existentes, medida a partir da alvenaria exterior da edificação, não podendo ocorrer quaisquer acumulações de sobrantes do respetivo corte, conforme dispõe o n.º 1, alínea a) e 2, do artigo 15.º do diploma legal anteriormente referido.

f) Os trabalhos devem decorrer entre o final do período crítico do ano anterior e 30 de abril de cada ano, de acordo com o disposto no artigo 2-A e no n.º 3 do artigo 15.º do diploma legal anteriormente referido.

g) Verificado este incumprimento, a Câmara Municipal pode notificar os responsáveis para a realização dos trabalhos, de acordo com o n.º 4, do artigo 15.º, da mesma legislação.

h) Mais, o incumprimento do dever de gestão de combustível constitui contraordenação punível com coima de € 140 a € 5000, no caso de pessoa singular, e de € 1500 a € 60 000, no caso de pessoa coletiva, de acordo com o artigo 38.º, n.º 1 e 2 alínea b) do mesmo Decreto-Lei.

Deste modo, e tendo em consideração a situação factual descrita e o enquadramento legal aplicável, ficam V. Exas. notificados que o sentido provável da decisão final referente ao presente processo, é o de ordenar que, ***no prazo de 10 dias (úteis) procederem ao corte de vegetação arbustiva e à gestão de combustível, bem como proceder à deposição adequada dos respetivos sobrantes, existentes no terreno privado sito na Avenida do mar, lote 107, no lugar de Verdizela, na freguesia de Corroios***, para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.

Assim, para efeitos da audiência de interessados, em cumprimento do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, dispõem V. Exas. do prazo de 10 dias (úteis) a contar da data desta notificação para, querendo, pronunciarem-se por escrito, bem como requererem diligências complementares e juntarem documentos, podendo ainda, mediante requerimento prévio por escrito o processo ser consultado das 09:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, na Divisão de Fiscalização Municipal, sito na Alameda dos Bombeiros Voluntários nº 45, Seixal.



## MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL

Mais, deverão os notificados ficarem cientes que, não se pronunciando no prazo anteriormente indicado, para efeitos de audiência de interessados ou, tendo-o feito, não forem considerados os argumentos e fundamentos invocados nas respetivas defesas, por si ou por mandatário legalmente constituído, esta Câmara Municipal ou o Presidente da Câmara Municipal, poderão proceder à aplicação das seguintes cominações legais:

I – Mandar instaurar o competente procedimento contraordenacional, para aplicação da devida coima, de acordo com o previsto no n.º 1 e alínea a) do n.º 2, do artigo 38.º, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho.

II – Proferir a decisão final de ordenar ao proprietário, possuidor ou entidade que, a qualquer título, detenha o presente terreno para realizar os trabalhos de gestão do combustível, em cumprimento da legislação mencionada.

III – Em caso de incumprimento da ordem dada, e não obstante a Câmara Municipal poder adotar outras medidas legais, pode ainda efetuar a devida participação criminal junto dos serviços do Ministério Público da Comarca de Lisboa, Instância Local Seixal, porquanto com tal conduta o notificado poderá incorrer na prática de crime de desobediência, previsto e punido no artigo 348.º do Código Pena.

Notifiquem-se todos os interessados do texto integral deste ato administrativo, o qual determina o sentido provável da decisão para efeitos de audiência de interessados, dando cumprimento ao disposto nos artigos 112.º e seguintes, e aos artigos 121.º e 122.º, todos do Código do Procedimento Administrativo.

Cumpra-se observando as formalidades legais.

Seixal, 21 de junho de 2022.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal

Paulo Alexandre da Conceição Silva.